



14016463



08011.000046/2017-68



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria-Executiva
Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional

Memória de Reunião
Comitê de Governança Estratégica - CGE

DATA:	24/02/2021	
LOCAL:	Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ed. Sede, 3º andar, Sala 304	
PARTICIPANTES	NOME	ÓRGÃO
1.	André Luiz de Almeida Mendonça	GM
2.	Rodrigo Sorrenti Hauer Vieira	GM
3.	Tercio Issami Tokano	SE
4.	Washington Leonardo Guanaes Bonini	SE
5.	David de Lima Freitas	SPO
6.	Rogério Xavier Rocha	SAA
7.	Leonardo Bueno de Melo	DTIC
8.	Cláudio Antônio de Almeida Py	AECI
9.	Lucas Alves de Lima Barros de Goés	AEFEPAR
10.	Roberta Freitas Costa	AEAL
11.	Georgina Renata Sanchez Diogo	ASINT
12.	Josélio Azevedo de Sousa	SEGEN
13.	Claudio de Castro Panoeiro	SENAJUS
14.	Juliana Oliveira Domingues	SENACON
15.	Luiz Roberto Beggiora	SENAD
16.	Carlos Renato Machado Paim	SENASP
17.	Jeferson Lisbôa Gimenes	SEOPI
18.	Diego Mantovaneli	DEPEN
19.	Rolando Alexandre de Souza	PF

20.	Eduardo Aggio de Sá	PRF
21.	Neide Alves Dias de Sordi	AN
22.	Mariana Dalcanale Rosa	CADE
23.	Rodrigo de Sousa Alves	FUNAI
24.	Ronaldo Vieira Bento	OUV
25.	Luana Magalhães	SE
26.	Diogo Dominici Soriano	SENAD
27.	Wellington C. P. Silva	PF
28.	Graziela M. C. Silva	GM
29.	Alexandre Futuro	GM
30.	Lisiane Cardoso	GM
31.	Karla Nogueira	SENAJUS
32.	Eduardo Muniz de Souza	PRF
33.	Yuri Pizzaroleo	SENASP
34.	João Bosco Teixeira	CONJUR
35.	João Francisco Goulart dos Santos	FUNAI
36.	Juliana Coelho Antero	CGGE
37.	Leonardo Costa	CGGE
38.	Bruno de Oliveira Almeida	CGGE
39.	Deborah Botelho	CGGE
PAUTA:	1. Abertura; 2. Considerações iniciais e pauta da reunião; 3. Monitoramento do Planejamento Estratégico 2020-2023: DEPEN, PRF e SENAJUS; 4. Planejamento Estratégico 2020-2023 - revisão de fevereiro de 2021; 5. Informe SPO/SE; 6. Encaminhamentos.	
DELIBERAÇÕES		
<ol style="list-style-type: none"> O Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Sr. André Mendonça, deu início à reunião do Comitê de Governança Estratégica – CGE agradecendo a presença de todos e em seguida passou a palavra para o Secretário-Executivo, Sr. Tercio Tokano, que apresentou a pauta. Dando início ao monitoramento do Planejamento Estratégico 2020-2023, o Sr. Diego Mantovaneli, do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN, apresentou o projeto “Fomento ao trabalho remunerado no sistema prisional”, que conta com a produção de uma Cartilha de Orientação sobre o trabalho prisional desenvolvida para os estados, feita em conjunto com o Ministério Público do Trabalho – MPT. Informou que durante o ano de 2021 quase 400 (quatrocentas) empresas que fomentam o trabalho de pessoas privadas de liberdade receberam o Selo Nacional de Responsabilidade Social. Entretanto, entre as pendências do projeto estratégico está a realização de evento para a entrega simbólica desses certificados e a publicação da Cartilha, que aguarda proposta de alteração legislativa na Política Nacional de Atenção ao Trabalho do Preso. Destacou 		

que o DEPEN está acompanhando, juntamente com o MPT e com o Ministério da Economia – ME, o *status* da proposta de alteração legislativa da política. A previsão é de que a proposta final e a publicação da Cartilha aconteçam ainda no primeiro semestre de 2021. Em seguida apresentou o indicador de “Pessoas privadas de liberdade envolvidas em atividades laborais”, que sofreu uma interferência significativa no primeiro semestre de 2020, ocasionada pelos efeitos da pandemia. Sobre o assunto, destacou que o DEPEN terminou o ano de 2019 com mais de 140.000 (cento e quarenta mil) presos em atividades laborais. No primeiro semestre de 2020 esse número diminuiu para 98.000 (noventa e oito mil), e no final do ano, com 119.000 (cento e dezenove mil) presos em atividade laboral, em torno de 15% da população prisional. Ainda no ano de 2020, foram realizados dois seminários sobre o tema de fomento ao trabalho remunerado, com aproximadamente 2.000 (dois mil) inscritos. O foco para o ano de 2021 é auxiliar os estados, tendo como meta 205.000 (duzentos e cinco mil) presos envolvidos em atividades laborais, aproximadamente 30% da população prisional, a depender do andamento da pandemia da Covid.

3. Dando continuidade aos trabalhos, o Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal – PRF, Sr. Eduardo Aggio, apresentou o projeto “Alerta Brasil 3.0”, que realiza o monitoramento na rodovia federal ao identificar os veículos que se locomovem nas rodovias do país. A coleta das imagens é realizada em pontos fixos, o que permite um acúmulo de dados para previsões de cenários e uma atuação mais eficaz na segurança e no combate ao crime. O projeto está dividido em sete grandes entregas. Informou que as três primeiras (direcionamento estratégico SPIA e Alerta Brasil, pontos de passagens de veículos da PRF e redirecionamento estratégico) estão concluídas. As outras quatro entregas (governança, etapa tecnológica, implantação nas UFs do A.B. 3.0 – módulo SPIA e integrações estratégicas) estão, respectivamente, com 89% (oitenta e nove por cento), 95% (noventa e cinco por cento), 89% (oitenta e nove por cento) e 64% (sessenta e quatro por cento) concluídas. A previsão era aglutinar 1.200 (mil e duzentos) pontos e 12 UFs. Até agora, foram entregues 6.500 (seis mil e quinhentos) pontos e 21 UFs, com 564 (quinhentos e sessenta e quatro) municípios abrangidos. Os próximos passos envolvem trazer ainda mais assertividade no policiamento, a partir do uso de inteligência artificial, e implementar o módulo SPIA em novos pontos com rotas alternativas. Em relação ao indicador “Taxa de acidentes graves em rodovias federais”, explicou que a taxa é obtida por meio do cálculo de acidentes com vítimas graves ou mortas por milhão de veículos. Em janeiro de 2021 essa taxa era de 13,25 (treze e vinte e cinco) e houve uma diminuição de 1,34% (um e trinta e quatro por cento) em relação à taxa de 2020, que era de 13,43 (treze e quarenta e três). Em 2020 também houve um decréscimo de 1,68% (um e sessenta e oito por cento). Fazendo o levantamento dos anos anteriores, em 2019 o indicador fechou com a taxa em 177,79 (cento e setenta e sete e setenta e nove) e em 2020 com a taxa em 163,37 (cento e sessenta e três e trinta e sete). Importante ressaltar que na questão de acidentes não existe necessariamente uma causalidade restrita, com destaque para a correlação entre o policiamento, a engenharia da via, a segurança dos veículos e a conscientização humana.
4. A última unidade a apresentar o monitoramento foi a Secretaria Nacional de Justiça – SENAJUST com o projeto “Sistema para Processamento de Solicitações de Reconhecimento da Condição de Refugiado – SISCONARE”. O SISCONARE é um sistema criado no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP para acolher os pedidos de solicitações de refúgio e centralizar a gestão desses processos no âmbito do Comitê Nacional para os Refugiados – CONARE. Em relação ao indicador estratégico “Processos de reconhecimento da condição de refugiados decididos”, a meta para o ano de 2021 é a análise de 20.000 (vinte mil) processos de solicitação de refúgio, atualmente em 2.953 (dois mil novecentos e cinquenta e três) processos decididos. O indicador é composto pelos deferimentos, indeferimentos, extinções e arquivamento das solicitações. O CONARE possui atualmente 120.000 (cento e vinte mil) pedidos em andamento, e a meta de 20.000 (vinte mil) corresponde a 1/6 do total. Destacou que os esforços no ano de 2020 envolveram o reconhecimento de violação dos direitos humanos na Venezuela, no Iraque, na Síria e no Afeganistão. A partir do reconhecimento dessa condição de violação, foi possível realizar julgamentos de processos em lote, por ser uma situação de grave vulnerabilidade que exige uma resposta mais rápida. Além disso, houve a alteração de alguns dispositivos normativos do CONARE, o uso de ferramentas que permitiram o cruzamento de dados juntamente com a Polícia Federal – PF e a padronização de pareceres referenciais. A partir desses esforços, conseguiu-se sanear, ao final de 2020, 100.519 (cem mil quinhentos e dezenove) processos. Por fim, destacou que para alcançar a meta de 20.000 (vinte mil) processos decididos em 2021, será preciso fazer algumas alterações normativas a fim de que o CONARE possa decidir os pedidos considerados manifestamente infundados, bem como continuar a integração entre o SISCONARE e o Sistema de Registro Nacional Migratório – SISMIGRA da PF.
5. Em seguida, o Secretário-Executivo, Sr. Tercio Tokano, explicou que a cada quatro meses existe uma janela de oportunidades para a revisão dos indicadores e dos projetos estratégicos. Esses pedidos de alteração são comuns, pois todo planejamento precisa ter certa flexibilidade, ainda mais considerando o cenário pandêmico atual que interfere na execução de muitas ações.
6. Em seguida, o Subsecretário de Planejamento e Orçamento, Sr. David Freitas, abordou os Projetos Estratégicos Prioritários acompanhados pela Presidência da República – PR. Explicou que foram selecionados 12 (doze)

projetos do MJSP para compor a carteira de acompanhamento da PR, sendo eles: Programa Vigia da Secretaria de Operações Integradas – SEOPI, Rede Nacional de Inteligência Penitenciária – RENIPEN do DEPEN, Sistema Nacional de Análise Balística – SINAB da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, Alienação de ativos em todo o Brasil da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas – SENAD, Alerta Brasil 3.0 da PRF, Fortalecimento da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos da SENASP, Maximização da geração de vagas em unidades prisionais do DEPEN, ComprasSUSP – Estratégia de Compra Nacional do Sistema Único de Segurança Pública da Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública – SEGEN, Banco Nacional Multibiométrico e Rede Integrada de Bancos Multibiométricos – ABIS Nacional da PF, Inteligência analítica aplicada no combate à corrupção, lavagem de dinheiro e em ações de segurança pública do Gabinete do Ministro – GM, Em Frente Brasil da SENASP e, por fim, Brasil M.A.I.S da PF. Ressaltou a importância de as equipes responsáveis por esses projetos mantê-los atualizados no sistema de monitoramento.

7. Dando continuidade, o Sr. David Freitas passou para a Revisão do Planejamento Estratégico 2020-2023, que acontece no mês de fevereiro de 2021, com a realização da Reunião da Avaliação da Estratégia – RAE, conforme previsto na Resolução CGE nº 1, de 19 de janeiro de 2018. Informou que o processo de revisão envolveu a possibilidade de inclusão e exclusão de projetos estratégicos e inclusão, alteração, exclusão e revisão de metas dos indicadores, desde que respeitados aqueles vinculados ao Plano Plurianual - PPA. Todas as unidades participaram da construção da revisão, encaminhando as propostas de alterações, que foram submetidas à Secretaria Executiva – SE e ao Gabinete do Ministro - GM. A validação dos Titulares da revisão atual ocorreu por e-mail, com o prazo para manifestação até o dia 22 de fevereiro de 2021. Ressaltou que as propostas que não foram acatadas podem ser implementadas internamente pelas Unidades e submetidas novamente nas próximas oportunidades. Destacou que o objetivo da presente reunião do CGE é aprovar o que já foi proposto e validado previamente pelo GM e SE. Sugeriu nova análise sobre o pedido do DEPEN em relação ao indicador “Pessoas privadas de liberdade envolvidas em atividades laborais” e o da PRF em relação a exclusão do indicador “Taxa de mortalidade”. A PRF explicou que a proposta era uma racionalização dos indicadores “Taxa de mortalidade” e “Quantidade de vítimas mortas”. O Sr. David Freitas destacou que a diminuição da meta do indicador estratégico “Pessoas privadas de liberdade envolvidas em atividades laborais” poderia ser reanalisada pelo DEPEN, já que o valor da coleta de 2020 supera o valor da meta solicitada para 2021. Foi solicitado, portando nova análise para a próxima revisão quadrimestral. O Sr. Diego Mantovaneli explicou que a preocupação era que as oficinas ficassem prejudicadas por conta da pandemia, mas como existe uma perspectiva de vacinação da população prisional, concordou em aguardar a próxima RAE para uma nova análise da proposta de diminuição da meta. Diante do exposto, a revisão do Planejamento Estratégico 2020-2023 de fevereiro de 2021 foi aprovada pelos presentes.
8. O Sr. David Freitas retomou a palavra para informar da revisão do cadastro de ações orçamentárias que será iniciada pela SPO, com o objetivo de otimizar o processo de alinhamento do orçamento do Ministério com a carteira de políticas públicas, a cadeia de valor e o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social – PNSP, de forma a refletir as principais entregas do MJSP. A ideia é antecipar a análise do cadastro de ações orçamentárias a fim de obter um trabalho ainda mais qualificado, o que permite um alinhamento do orçamento de todas as políticas públicas do órgão. Explanou ainda sobre a elaboração do Relatório de Gestão Integrado – 2020, e ressaltou a importância do envolvimento da alta gestão na apresentação dos seus resultados. Explicou que o resultado e desempenho da gestão envolvem os resultados das unidades finalísticas, e resultados referentes à gestão de licitações e contratos, gestão patrimonial, gestão de pessoas, sustentabilidade ambiental, gestão orçamentária e financeira, gestão de Tecnologia da Informação e comunicação e gestão de custos. Informou ainda que o prazo previsto para a elaboração do Relatório de Gestão Integrado é dia 18/03/2021.
9. Em seguida, o Secretário-Executivo Adjunto, Sr. Washington Bonini, fez uma consideração a respeito da execução orçamentária. Informou que a SE está realizando a gestão desse processo, juntamente com as Unidades, especialmente com as que possuem áreas de contratação. Agradeceu as informações encaminhadas pelas unidades nesse processo e destacou que o objetivo é realizar o monitoramento desses dados nas reuniões do CGE.
10. Finalizando a pauta, o Sr. Secretário-Executivo, Sr. Tercio Tokano, informou que o processo SEI nº (08011.000191/2020-44), referente ao monitoramento dos resultados do Planejamento Estratégico obtidos no mês de fevereiro, terá prazo até o dia 10 de março para coleta dos indicadores e atualização do andamento dos projetos. Informou também que o monitoramento qualitativo das entregas de projetos estratégicos, e outras entregas relevantes, terá prazo também para 10 de março. Indicou quais unidades apresentarão os resultados de 1 (um) projeto e 1 (um) indicador na próxima reunião ordinária mensal, quais sejam: GM com o projeto “Serpico”; SENAJUS com o projeto “Tratamento do passivo e modernização do processo de naturalização”; e SENASP com o projeto “Projeto Sistema Nacional de Análise Balística – SINAB” e o indicador “Número de municípios com alto índice de violência que implantaram a metodologia de enfrentamento à criminalidade violenta”.

11. O Sr. Secretário-Executivo informou ainda que, a partir desta data, os projetos estratégicos concluídos serão apresentados nas reuniões do CGE, com foco nos seus principais resultados, e retirados da carteira de projetos estratégicos. Por fim, ressaltou a importância do planejamento e do monitoramento dos projetos estratégicos para a gestão do Ministério e agradeceu a presença de todos, imprescindível para o desenvolvimento do trabalho do Comitê.



Documento assinado eletronicamente por **Neide Alves Dias De Sordi, Usuário Externo**, em 22/03/2021, às 14:55, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **TERCIO ISSAMI TOKANO, Secretário(a)-Executivo(a) do Ministério da Justiça e Segurança Pública**, em 22/03/2021, às 15:16, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Antônio de Almeida Py, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno**, em 22/03/2021, às 15:33, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **ROGÉRIO XAVIER ROCHA, Subsecretário(a) de Administração**, em 22/03/2021, às 16:57, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ ROBERTO BEGGIORA, Secretário(a) Nacional de Políticas sobre Drogas**, em 22/03/2021, às 18:00, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Diogo Dominici Soriano, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas**, em 22/03/2021, às 18:13, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Bueno de Melo, Diretor(a) da Tecnologia da Informação e Comunicação - Substituto(a)**, em 23/03/2021, às 15:38, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **WASHINGTON LEONARDO GUANAES BONINI, Secretário(a)-Executivo(a) Adjunto(a)**, em 23/03/2021, às 16:18, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luana Quitéria Magalhães Hatsumura, Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva**, em 23/03/2021, às 18:40, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Karla Nogueira do Valle de Carvalho, Gerente de Projeto**, em 23/03/2021, às 19:31, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO AGGIO DE SÁ, Usuário Externo**, em 24/03/2021, às 09:59, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Joselio Azevedo de Sousa, Secretário(a) de Gestão e Ensino em Segurança Pública**, em 24/03/2021, às 17:40, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Claudio de Castro Panoeiro, Secretário(a) Nacional de Justiça**, em 24/03/2021, às 19:08, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.

Documento assinado eletronicamente por **Juliana Oliveira Domingues, Secretário(a) Nacional do Consumidor**, em



25/03/2021, às 15:18, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **DAVID DE LIMA FREITAS, Subsecretário(a) de Planejamento e Orçamento**, em 26/03/2021, às 11:25, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA, Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública**, em 29/03/2021, às 18:00, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO SORRENTI HAUER VIEIRA, Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública**, em 29/03/2021, às 18:01, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo de Sousa Alves, Usuário Externo**, em 30/03/2021, às 09:17, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Jeferson Lisbôa Gimenes, Secretário(a) de Operações Integradas**, em 30/03/2021, às 14:29, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS RENATO MACHADO PAIM, Secretário(a) Nacional de Segurança Pública**, em 30/03/2021, às 15:47, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **DIEGO MANTOVANELI DO MONTE, Chefe da Assessoria de Assuntos Estratégicos do DEPEN**, em 30/03/2021, às 15:57, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **14016463** e o código CRC **B24E9FEF**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/aceso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.